

# PERCURSOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA NA PRISÃO

ROBSON AUGUSTO MATA DE CARVALHO<sup>77</sup>

**Resumo:** O artigo se refere ao cenário no qual o percurso metodológico da pesquisa foi construído a partir da relação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos estudados na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS), entre 2008 e 2009. Nele, atento para a exposição das motivações, das dificuldades, das descobertas, dos erros e acertos, das ansiedades e do medo presentes no processo de investigação. Dadas as especificidades do campo, caracterizadas por tensões e negociações entre os atores sociais da prisão, estratégias e improvisações foram colocadas em prática a fim de conseguir o maior número de informações.

---

**Palavras-chave:** *Pesquisa de campo. Metodologia. Técnicas de pesquisa e prisão.*

Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da ‘verdade’, a investigação envereda por labirintos imprevistos, acabando em terrenos desconhecidos, movediços até, os quais todavia iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido àquilo que se afigurava à primeira vista marginal, secundário, irrelevante. Desse modo, para as ciências sociais, o recorte teórico-empírico elaborado a priori é tão-somente indicativo, pois o objeto vai sendo construído ao longo do processo de investigação.

Sérgio Adorno, *A prisão sob a ótica de seus protagonistas.*

A entrada do pesquisador na prisão para realizar uma pesquisa é um momento decisivo e acompanha-se de algumas dificuldades com as quais é necessário lidar. A primeira delas, normalmente, refere-se à autorização para tal empreitada. Muitas propostas de pesquisas que buscaram um contato mais próximo com os presos para a realização de entrevistas foram impedidas, parando na sala do Diretor, ou tomaram rumos ao encontro de fontes documentais, como regulamentos, normas e estatutos. Embora a produção acadêmica sobre prisões no Brasil seja ainda muito escassa, vários pesquisadores reconhecem as dificuldades encontradas ao longo do percurso trilhado até o interior das prisões. Mesmo que, atualmente, seja possível encontrar locais que apresentem menores dificuldades

---

<sup>77</sup> Mestre em Sociologia pela *Universidade Federal do Ceará* (UFC). Professor da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) e da *Escola Superior do Ministério Público do Ceará* (ESMP-CE). E-mail: robson-mata@hotmail.com

de acesso para os pesquisadores (GOIFMAN, 1998), muitas prisões, como outras instituições de controle repressivo da ordem pública, permanecem pouco tolerantes a críticas.

Sérgio Adorno, ao falar das estratégias de pesquisa utilizadas para conquistar as autoridades ligadas às instituições de controle em São Paulo, comenta que existem dois caminhos para quem se habilita a conhecer estas instituições por dentro: “trilhar os canais oficiais, pleiteando acesso através de expedientes sempre morosos e com resultados imprevisíveis; ou explorar relações constituídas no interior do aparelho de Estado, simplificando expedientes burocráticos e viabilizando o acesso em menor período de tempo (...)” (1991, p. 19). Minha opção aproximou-se da segunda alternativa, uma vez que melhor se ajustava às minhas experiências na PIRS e ao cenário de mudanças político-administrativas desenhadas com a posse, em 2007, do governador do Estado, Cid Gomes.

Do primeiro contato com a instituição em 2003, até o momento da permissão para realização da pesquisa de mestrado, em 2007, vivenciei experiências interessantes na PIRS que foram importantes na construção do objeto de pesquisa. Um passo significativo deu-se com o levantamento de informações sobre as finalidades, as funcionalidades e as práticas cotidianas da instituição prisional quando, a partir de 2004, passei a integrar o quadro de professores do CRES.

A inserção diária nesse ambiente constituiu uma rica experiência de campo, possibilitando-me uma maior familiaridade com os espaços, a administração, os agentes de disciplina, os profissionais do corpo técnico, os presos etc. Aos poucos passava a “sentir o ambiente” da penitenciária, seu modo de organização e funcionamento, seus registros e documentos, suas rotinas e disciplinas. Desde então, registrava em meu diário de campo as observações e falas obtidas no balcão de espera, nos corredores, na escola, locais de trabalho etc. Ainda que não sistematizadas, estas anotações e os outros dados referentes à instituição subsidiaram minha primeira pesquisa que buscou conhecer o funcionamento da PIRS.

O conhecimento de como se opera o sistema de hierarquia na PIRS foi indispensável para orientar meus passos em busca da autorização da pesquisa. De acordo com o regimento interno, a Direção, órgão subordinado ao Estado, é responsável pela administração, pela direção geral da execução penal e pela fiscalização dos serviços terceirizados de custódia, de disciplina e de cumprimento dos mandados de soltura, coordenados pela Gerência Geral e Operacional da CONAP. No plano prático, os limites destas atribuições nem sempre pareceram claros. As ordens e os comandos oriundos desta hierarquia por vezes não mantinham consonância. Houve situações, por exemplo, em que a Gerência chegou a orientar os agentes de disciplina a levarem poucos presos para a escola, por considerar a segurança uma prioridade, e a Direção, por sua vez, reagir orientando os agentes a conduzirem todos os alunos matriculados. A existência destes fatos motivou-me a manter um relacionamento cordial

com a equipe dirigente<sup>78</sup>, procurando ter cuidado com o emprego das palavras e com as atitudes, uma vez que precisaria de sua colaboração mais adiante.

Mesmo freqüentando a instituição há alguns anos, temia receber um “não”. Acompanhado de um outro professor da Escola, o qual já havia realizado uma pesquisa na PIRS, fui, em novembro de 2006, ao encontro do Sr. Anastácio Cavalcante, policial militar e primeiro Diretor da instituição. Falei brevemente sobre a proposta e de sua importância para a instituição, tendo o cuidado na exposição dos objetivos, enfatizando o anonimato dos presos com os quais havia dialogado e que tinha destes a permissão para utilização de alguns trechos registrados no diário de campo. Para minha surpresa, o Diretor mostrou-se bastante simpático, diminuindo a impressão que eu tinha a seu respeito, como uma pessoa rigorosa e “dura”.

Ouvimos por alguns minutos suas considerações sobre a importância dos trabalhos que contribuam para a prisão e as medidas preventivas, as suas experiências na Direção de escolas e a militância em defesa da educação, as dificuldades enfrentadas na administração da prisão e o descaso do “Estado e dos poderes subjacentes que só ficam na conversa”. Acompanhávamos tudo com muita atenção, intercalávamos sua fala com alguns comentários rápidos e fazíamos gestos de aprovação quando concordávamos com alguma idéia. Mesmo aceitando a proposta de pesquisa, não pude formalizar o meu pedido, alegando que não sabia se permaneceria na instituição com a posse do novo Governador. Autorizou informalmente e, em outra ocasião, o entrevistei. Após alguns dias foi substituído no cargo.

Eu precisava então, novamente, de uma autorização do atual Diretor Sérgio Luiz Correa dos Santos<sup>79</sup> - ex-policial militar em São Paulo e professor universitário - para realização das entrevistas com os presos. A retomada de um convênio entre a PIRS e a UEVA, em fevereiro de 2007, favoreceu o percurso da pesquisa. O acordo definia as condições de acesso à instituição prisional para a realização de estágios e de pesquisas acadêmicas. Como havia sido estagiário da CONAP, anteriormente, e pretendia continuar pesquisando, possibilitaram-me uma oportunidade. Em março do referido ano, fui convidado pela Coordenadora Geral da CONAP, Sra. Ivonete Rogério<sup>80</sup>, para participar de uma reunião que trataria sobre o convênio junto aos coordenadores de cursos e estudantes daquela universidade. Na ocasião - onde várias pessoas fizeram colocações, perguntas e críticas ao sistema

78 Usarei este termo para designar o sistema de hierarquia que envolve a Direção e a Gerência da CONAP.

79 O Diretor Sérgio Luiz assumiu o cargo na PIRS no dia 15/03/07. Tem formação em Psicologia e já trabalhou como policial militar e Diretor geral da CONAP. Além de Diretor, trabalha atualmente como professor da UEVA e é psicólogo do Centro de Saúde ao Trabalhador (CEREST), instituição vinculada a Prefeitura de Sobral.

80 A Sra. Ivonete Rogério é Coordenadora Geral da CONAP no Brasil. Foi Diretora de algumas penitenciárias em São Paulo e a primeira Gerente da CONAP na PIRS. Tem formação em Direito e várias especializações voltadas para o estudo das prisões.

prisional cearense – apresentei a proposta da pesquisa de mestrado à Coordenadora e ao Diretor, e obtive a autorização.

Algumas semanas após a reunião, portando um ofício, dirigi-me à PIRS. Logo no portão de entrada encontro-me com Sr. Sérgio Luiz que aguardava um carro para ir ao Fórum participar de uma audiência. Estava muito apressado e por isso adiantei-me para pedir que formalizasse a autorização e marcasse um encontro para entrevistá-lo. De maneira atenciosa e simpática, desculpou-se por não poder demorar e sugeriu uma data da semana seguinte para a entrevista<sup>81</sup> no CEREST, local onde trabalha no período da tarde. Ademais, combinamos uma reunião junto ao Gerente da empresa CONAP, Sr. Germano Leôncio de Oliveira para definirmos as condições e os procedimentos para realização das entrevistas com os presos. Entre o dia da autorização e o dia da reunião, alguns acontecimentos exteriores à instituição, de natureza jurídica, exerceram influência sobre os sujeitos da instituição e, conseqüentemente, a formulação das estratégias de pesquisa. Fatos ocorridos “do lado de fora” e com implicações do lado de “dentro”, que comprovam uma premissa formulada por Löic Wacquant (2004), segundo a qual “as instituições circundantes” à prisão operam vínculos e processos de comunicação que interferem no seu funcionamento e no seu universo cultural.

Em junho de 2007, a imprensa noticiou uma decisão da Justiça Federal - que estabelecia um prazo até o dia 29 de março de 2008 para o Estado substituir os agentes de disciplina terceirizados da PIRS por agentes de segurança, aprovados em concurso público em outubro de 2006 – que deu o que falar na instituição. A informação deixou diversos funcionários da CONAP descontentes e provocou um caloroso debate entre os presos, os quais ficaram ansiosos sem saber ao certo o que se passava judicialmente e como ficariam suas condições de vida, dividindo opiniões, a favor e contra a administração da execução da pena integralmente pelo Estado.

---

81 A entrevista realizada com o Diretor no dia 04/05/2007, durou duas horas e foi bastante esclarecedora. As informações obtidas por meio de um roteiro - constando de uma lista de tópicos definidos anteriormente – e do uso de um gravador, dizem respeito à sua experiência profissional, à relação entre o público e o privado na execução da pena, às normas e disciplinas, às atividades realizadas na instituição, ao tempo de pena e ao trabalho prisional, e outros assuntos decorrentes da interação, como a violência e as políticas de segurança pública no Ceará. Na ocasião, mostrou-se interessado em colaborar com a pesquisa, reafirmando sua disponibilidade “para ajudar no que for preciso” e recomendou que eu não conversasse “apenas com os trabalhadores, mas também com aqueles que não trabalham”, alegando que assim, eu teria “outras variáveis para a compreensão subjetiva do tempo e do trabalho na prisão”. O conhecimento da proposta da pesquisa e a formação acadêmica do Diretor foram importantes na medida em que suas orientações e os livros indicados e emprestados por ele, esclareciam, em parte seu ponto de vista e me davam suporte e uma maior tranquilidade no desenvolvimento da pesquisa. Além do momento da entrevista, outras ocasiões junto a pessoas da equipe dirigente foram favoráveis a observação e escuta de assuntos relacionados à vida cotidiana dos mesmos e da prisão, dando-me maior clareza da maneira como os presos são tipificados. Tais situações ocorreram, por exemplo, durante minhas visitas às salas do setor administrativo ou à sala do refeitório, para o qual eu era convidado pelo Diretor e Gerente.

Boa parte dos presos com os quais eu conversei temia que as condições de custódia piorassem e que as vagas de trabalho fossem extintas. Neste cenário, tinha que me apressar para encaminhar os trabalhos de pesquisa de campo. Sabia do teor da decisão e por isso tinha que aproveitar bem o tempo para a realização das entrevistas até o prazo estabelecido pela justiça, preocupado em não comprometer o percurso da pesquisa. Tinha receio que a mudança de agentes dificultasse minha inserção e o contato com os presos. Afinal, os agentes são os últimos elos de uma hierarquia que começa no Diretor e que dispõem pela própria natureza de suas competências, de autonomia decisória no âmbito de suas atividades de vigilância e escolta (COELHO, 1987); constituem a espinha dorsal da segurança, facilitam ou dificultam os pedidos que até eles chegam, de acordo com seus julgamentos e preferências<sup>82</sup>.

Estes e outros processos de comunicação entre instituições e acontecimentos sugerem que prisão não atua sozinha, por mais fechada que seja. Na realidade “todo e qualquer resultado da instituição carcerária encerra aportes contínuos de outras organizações” e diversas articulações com elas, desde a família, os grupos de defesa dos Direitos Humanos, o mercado de trabalho e a vizinhança, “todo o percurso até os centros nervosos burocrático e policial do Estado” (WACQUANT, 2004, p. 25). A prisão, como uma instituição social, pode ser observada como uma “sociedade em miniatura” que possui uma estrutura, indivíduos, culturas próprias etc. No entanto, mesmo contando com padrões organizatórios específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e às necessidades sociais que dão sentido a sua existência, seus ritmos e suas transformações são determinadas também pelas condições, fatores e influências que a projetam no cenário mais amplo das ações e das relações humanas (FERNANDES, 1989).

Diante do prazo estabelecido pelo Poder Judiciário e da proximidade do dia da reunião com a equipe dirigente para definição das condições da pesquisa, procurei me informar, com os meus colegas professores do CRES, a respeito do “clima” na penitenciária, para em seguida solicitar algumas indicações de nomes de presos para compor a lista inicial de entrevistas. A preocupação de saber o que se passa na prisão, antes de visitá-la, procedimento colocado em prática diversas vezes, constituiu importante recurso de verificação das circunstâncias internas e das possibilidades de entrada ou não. A instabilidade da ordem na prisão decorrente das negociações não bem sucedidas entre os presos e a equipe dirigente – expressa nos conflitos, tentativas de rebeliões etc. – por vezes, culmina na adoção de medidas de segurança<sup>83</sup> que dificultam a entrada de quem deseja visitá-la.

---

82 Ao longo de minhas experiências na PIRS mantive uma relação de cordialidade e de certa “proximidade” com os agentes da CONAP. Tal relação me conferiu mais confiança e maior mobilidade espacial na instituição, sendo eu identificado por estes, e por vários funcionários, como “o professor da escola”.

83 Entre as medidas de segurança, tomadas pela equipe dirigente, que dificultaram a minha inserção na instituição posso destacar as “vistorias” e os “pentes finos”. As primeiras são mais frequentes. Referem-se às revistas de surpresa realizadas por agentes de disciplinas em algumas ou em todas as vivências. Ocorrem quando há a suspeita de armas artesanais,

Em conversa com os professores na escola, selecionei dez presos que eu conhecia, a fim de constituir uma relação de proximidade, levando em consideração a diversidade de artigos do código penal, o tempo de condenação e o engajamento nas atividades de trabalho. Destes, cinco trabalhavam no momento. O critério central para tal escolha levou em conta a relação entre tempo de pena e o trabalho no cotidiano prisional. Pensar por contraste (MILLS, 1972) as dimensões que o objeto comporta, a partir do ponto de vista dos que trabalham e dos que não trabalham, pareceu-me uma maneira interessante para situá-las entre outras variáveis presentes no contexto prisional. Daí a necessidade de um contato mais próximo com o cotidiano dos presos para a compreensão de seus códigos, de suas regras, de suas práticas e de suas representações.

A lista de nomes dos presos foi apresentada à equipe dirigente na esperada reunião de definição das condições para a realização da pesquisa. No gabinete do Diretor, no período da manhã, foi necessária novamente uma pequena exposição dos objetivos da pesquisa para justificar minha presença na instituição regularmente, a realização das entrevistas, a utilização do gravador MP3 e da câmera fotográfica. Além do Sr. Sérgio Luiz, estava o Sr. Germano Leôncio, gerente da empresa, os quais ouviram com atenção e fizeram algumas observações. Falaram sobre os presos, suas maneiras de ser, as condições de vida no interior do estabelecimento, as dificuldades para atender os inúmeros “pedidos” de trabalho, a existência de alguns conflitos entre estes, os cuidados que eu deveria tomar.

Os cuidados referiram-se não só a minha segurança, mas também sobre o que eu escreveria na dissertação, pois de acordo com o Diretor “os trabalhos acadêmicos devem fazer críticas construtivas pra ajudar”. Quanto à lista, não fizeram nenhuma objeção aos nomes, houve apenas uma observação do Sr. Sérgio Luiz, comentando que a lista só tinha “presos bonzinhos” e que eu deveria “conversar com a galera da pesada”. Dito isto, sugeriu que eu entrevistasse um preso, “irmão de um padre, envolvido no crime de um policial federal”. Considerei todas as observações como sendo relevantes, com o intuito de convencê-los de que eu não tinha interesse em difamar a instituição. Quanto ao local para a realização das entrevistas, acordamos que seria as salas da escola e os espaços de trabalho, em vez do parlatório<sup>84</sup> com a presença do agente de disciplina por perto, com o objetivo de deixar os presos mais a vontade para falar.

Definidas tais condições, era preciso seguir adiante com a realização das entrevistas. Daí as frequentes visitas a PIRS. Minha chegada na instituição, geralmente, ocorria pela manhã junto aos funcionários e professores da escola. A entrada sempre foi acompanhada por alguns rituais de

---

celulares, drogas etc. As segundas referem-se às revistas de surpresa realizadas por agentes de disciplina e policiais militares fortemente armados em todas as vivências. Acontecem quando existe a suspeita da existência de armas de fogo e planos de rebelião. As duas têm a função de coibir os atos de indisciplina internos. Os presos envolvidos são levados à vivência um 1B, a chamada solitária, podendo ficar de quinze a trinta dias.

<sup>84</sup> Local no interior da prisão reservado para conversa entre presos e pessoas de fora.

segurança obrigatórios. Quem chega deve comunicar uma senha pessoal às agentes de disciplina no balcão da recepção e em seguida passar por uma revista realizada pelos agentes sobre as vestimentas do corpo e objetos. No meu caso, tinha ainda que comunicar à Direção ou à Gerência sempre que eu desejasse adentrar com o MP3 e a câmera fotográfica. As autoridades de segurança pública, o Diretor, o Gerente, os líderes dos agentes e os advogados são dispensados destes procedimentos. Minha entrada foi sempre acompanhada da sensação de desconfiança e medo. A estrutura física, as câmeras, os olhares indiferentes e outros desconfiados contribuem para intimidar as pessoas que lá chegam. Como destaca Adorno, “o medo é um componente essencial desse espaço institucional” (1991, p. 20).

O processo de entrevistas não seguiu um plano rigoroso em função da dinâmica de interação constituída no interior da instituição. Orientou-se fundamentalmente pela necessidade de dialogar tanto com as pessoas da equipe dirigente e funcionários, quanto com os presos, a fim de caracterizar a rede de relações tecidas pelos atores sociais posicionados em situações distintas. Embora inicialmente eu tenha definido um cronograma de entrevistas, começando pela equipe dirigente e funcionários, em seguida, pelos presos da lista, isso não foi realizado na íntegra.

Ao longo do trabalho de campo, a pesquisa percorreu caminhos previsíveis e imprevisíveis, exigindo que eu lançasse mão de estratégias diferentes para captação de dados empíricos. Na medida em que frequentava alguns espaços, durante as primeiras entrevistas - gozando de certo trânsito com os agentes de disciplina, visando a familiarizar-me melhor com os presos – conversava com vários presos sobre a pesquisa e os convidava para uma entrevista, quando manifestavam interesse. Deslocando-me do cronograma inicial, entrevistei vários deles<sup>85</sup> indicados pelos funcionários, professores e pelos próprios presos, quando correspondiam ao interesse da pesquisa.

Ainda que eu não tenha seguido um plano de pesquisa fechado, classifiquei os entrevistados - para fins de organização e exposição do material de pesquisa - em dois grupos. No primeiro estão as pessoas que trabalham na administração e prestam serviços na instituição: dois Diretores (o primeiro e o atual), um Gerente Geral da empresa, uma psicóloga, dois agentes de disciplina, um estagiário do curso de Direito, quatro supervisores de trabalho (da cozinha, lavanderia, da fábrica e da limpeza). No segundo grupo estão os vinte e quatro presos (quatorze trabalhavam e dez não).

O procedimento de entrevistar inicialmente pessoas do primeiro grupo é importante para a conduta bem sucedida de um pesquisador na prisão. A orientação sobre a vida da instituição e sobre quem entrevistar fomenta uma relação de confiança com a equipe dirigente e funcionários e serve

---

<sup>85</sup> Ao tomarem conhecimento da pesquisa muitos presos solicitaram a inclusão de seus nomes na lista de entrevista. Alguns tinham uma noção dos propósitos da pesquisa, por meio de outros já entrevistados, e outros não, como demonstra um pedido realizado quando eu transitava pelo corredor: “Me inclui nessa lista aí pra eu conseguir um mestrado na UFC”. O momento da entrevista era visto como uma oportunidade para sair das vivências, “matar o tempo”, “distrair a cabeça” e pedir ajuda – como entregar “catatais” (bilhetes de papel) aos funcionários, solicitar esclarecimentos sobre processos etc.

para observar uma idéia recorrente, segundo a qual quem compreende bem a prisão são os agentes de disciplina e presos. O contato com essas pessoas foi obtido ao longo das minhas experiências de trabalho e das visitas posteriores à instituição. Antes de iniciar as entrevistas, contava-lhes com clareza os objetivos da pesquisa e lhes pedia autorização para gravar.

A estrutura da entrevista orientou-se com base em um roteiro constando de uma lista de pontos a respeito de suas experiências de trabalho na instituição e o modo como viam os presos. Em média, as gravações duraram em torno de uma hora e meia. Os diretores enfatizaram em suas falas os benefícios na administração da pena alcançados com a parceria da empresa, o controle rigoroso sobre a qualidade dos serviços prestados por esta e a responsabilidade exclusiva sobre as medidas de segurança. Mais uma vez lamentaram a existência de conflitos entre presos e a oferta pequena de oportunidades de trabalho. Consideraram a ociosidade um mal para os presos, por oferecer maiores riscos à segurança interna. Segundo o Sr. Anastácio Cavalcante, “a cabeça do preso é a oficina do diabo”.

Os agentes de disciplina falaram acerca das atividades e das funções que assumem com o intuito de assegurar o cumprimento das regras da prisão. Em relação à equipe dirigente, são os interlocutores mais próximos do cotidiano dos presos. Boa parte dos saberes que orienta as suas ações é adquirida com a experiência durante o contato e a interação com a população prisional. Para além das classificações definidas pelos códigos, os agentes formulam tipificações para qualificar os presos. Uma das mais freqüentes é considerá-los como crianças: “Preso é igual criança. Você diz pra ele não fazer uma coisa e eles vão lá e fazem só pra encher o saco” (Agente de Disciplina).

Os supervisores de trabalho da Fábrica Recamond<sup>86</sup>, da cozinha, da padaria e da limpeza comentaram sobre a organização das atividades de trabalho e os aprendizados de vida adquiridos com a experiência profissional na prisão. Foram unânimes em reconhecer que, no começo, tinham fortes preconceitos em relação ao preso e que, com a convivência, mudaram seus pontos de vista. Atribuem ao trabalho um caráter pedagógico de formação humana, estimulam os presos a serem responsáveis e honestos, os tratam como “funcionários” e são rigorosos em relação aos atos de indisciplina.

A psicóloga contou a respeito de sua trajetória de trabalho nas prisões de Manaus, Porto Alegre e Sobral. O trabalho desenvolvido pela mesma consiste no acompanhamento, tratamento e “elaboração técnica e científica” de pareceres psicológicos a respeito dos presos<sup>87</sup>. Segundo ela, a importância atribuída ao trabalho por parte dos presos é justificada, entre outras razões, pelo fato

86 A Fábrica foi instalada na PIRS em outubro de 2006. Nela trabalham doze presos.

87 Os pareceres psicológicos são pedidos pelos advogados e defensores públicos que queiram avaliar o histórico e comportamento dos presos, a fim de solicitar judicialmente a progressão da pena. A progressão significa a possibilidade de o condenado passar, sucessivamente, para os regimes fechados, semi-aberto e aberto, de acordo com o tempo de pena e o comportamento do mesmo. Tal procedimento é avaliado e sentenciado pelo juiz da Vara de Execução Criminal (VEC) que acompanha processo criminal.

de que essa atividade humana “fortalece a identidade, as condições emocionais e intelectuais” dos mesmos, aumentando “consideravelmente a autoestima”. Nesta perspectiva, a ausência desta atividade e a ociosidade fazem com que muitos “entrem em depressão” e busquem “qualquer coisa pra fazer”. Um caso relatado que chamou minha atenção foi de um preso<sup>88</sup> que perdeu o “emprego na cozinha” por ter sido “acusado de levar um saco de açúcar para a cela”. “Abalado e depressivo” com a notícia ele “entrou num delírio do tipo religioso” apresentando “sintomas iniciais de um quadro de esquizofrenia”.

As visitas à PIRS e as entrevistas com as pessoas do segundo grupo foram intensificadas entre o mês de janeiro e março de 2008. Esse período no qual eu residi em Sobral, freqüentando a instituição em vários dias da semana - inclusive, aos sábados e aos domingos - foi importante para uma maior aproximação com o cotidiano prisional. Os procedimentos utilizados para a realização das entrevistas geralmente aconteciam da seguinte maneira: ao chegar ao estabelecimento, comunicava ao Gerente Operacional Sr. Germano Leôncio os nomes dos presos com os quais eu queria dialogar e pedia a permissão para entrar com os equipamentos de gravação de áudio e imagem. Em seguida, o líder dos agentes de disciplina era comunicado pela Gerência por meio de um “walk talk”<sup>89</sup>. Este, por sua vez, designava um dos agentes para conduzir o preso até a escola ou me acompanhar pelos espaços de trabalho onde seriam realizadas as observações e entrevistas.

Nesse contexto, era inevitável conviver com os riscos quando se estuda um “tema perigoso” (BARREIRA, 1998) e se deseja ultrapassar um pouco as orientações<sup>90</sup> e limites colocados pela equipe dirigente e pelos agentes de disciplina, na busca de criar uma relação de confiança com os pesquisados. Se a conquista da confiança é um aspecto essencial em pesquisas qualitativas, essa condição se potencializa na prisão, em face da predominância do clima de desconfiança. Como forma de demonstração de que eu “não tinha medo” dos presos, houve ocasiões em que eu transitei e entrevistei vários presos trabalhadores na lavanderia e padaria, sem nenhum agente de disciplina por perto, por escolha própria.

Como já mencionado anteriormente, foram entrevistados vinte e quatro presos. O tempo médio das gravações foi de uma hora e meia, mas algumas se estenderam por até três horas, quando optei por um segundo encontro. Alguns foram entrevistados nas salas desocupadas da escola – a exemplo dos presos que não trabalhavam e dos presos que trabalham, mas não estavam em serviço na ocasião - e

88 O preso Júnior Oliveira foi entrevistado no dia 16/10/2007.

89 Aparelho telefônico usado no interior da instituição para comunicação entre os agentes de disciplina.

90 Entre as orientações e os cuidados que eu deveria tomar na prisão estavam: não usar roupas vermelhas e pretas para não ser identificado com mais facilidade em casos de “desordem”; andar pelos espaços internos da instituição na companhia de um agente de disciplina; “não ficar de costas para as grades” onde ficam os presos; não me “envolver” muito com os mesmos e não atender aos seus pedidos; realizar as entrevistas pela manhã entre 08h e 10h30min e a tarde entre 14h e 16h30min, para não atrapalhar a rotina das atividades da instituição que seguem horários rigorosos como, por exemplo, o almoço que deve começar a ser distribuído nas vivências às 10h30min e o lanche e janta às 17h. Orientações e cuidados necessários à segurança do pesquisador, mas que podiam também ser negociados.

outros, nos locais de trabalho. Apenas dois presos não trabalhadores se recusaram a dar entrevistas. Os dois temiam ser vistos pelos demais como “cabuetas”<sup>91</sup>. Dias depois tomei conhecimento das razões que motivaram a recusa. Um tinha passado por várias vivências e sido “espirrado” (rejeitado) por ter se envolvido em conflitos e evitava conversar. O outro era novato, vinha tentando conquistar uma oportunidade de trabalho e não queria dar margem para que falassem a seu respeito.

A preocupação de não ser classificado pelos presos como “cabueta” foi geral ao longo das entrevistas. Além da vigilância realizada pelos agentes de disciplina e pelas câmeras filmadoras, a delação de planos de fugas e de rebeliões, em troca de benefícios - como transferência para outras prisões, diminuição do tempo de pena, trabalho etc. - aparece como um recurso de segurança importante para a manutenção da ordem interna, uma vez que a equipe dirigente poderá atuar com precisão sobre os responsáveis. Quando reconhecidos pelos presos, os “cabuetas” são violentados fortemente, podendo “pagar com as próprias vidas” (Preso da vivência 2B).

Na medida em que me envolvia com o cotidiano da prisão e tomava conhecimento das regras e dos códigos que orientam as ações sociais no ambiente do cárcere, passava a me prevenir e reformular as estratégias da pesquisa, a fim de evitar “vacilos” que prejudicassem a minha relação com os presos e que os colocassem em situação de perigo. Quando convidava um preso para participar da entrevista, na presença de outros, fazia-o em alto tom e com clareza para que todos ouvissem e entendessem. Quando o convite seria intermediado pelo agente de disciplina, encarregado de trazer o preso da vivência para o lugar da entrevista, pedia para que reproduzisse: “o professor Robson está te convidando para conversar sobre uma pesquisa que ele está fazendo”. Nem sempre isso foi feito e, algumas vezes, resultou na falta de interesse do preso em não sair da vivência, para não insinuar aos demais que era um “cabueta”.

As entrevistas com os presos trabalhadores durante a atividade de trabalho exigiam esforços maiores. Como não podiam “largar” seus ofícios, a qualquer momento, eu negociava um intervalo de tempo com os supervisores. Por tal razão, busquei entrevistar, primeiro, estes últimos, nos locais onde ocorriam as atividades, objetivando conhecer os espaços de trabalho e sentir as reações dos presos diante da minha presença<sup>92</sup>. Na ocasião, pedia para que me apresentasse aos mesmos, oportunidade

91 Na prisão, o termo “cabueta” possui significado semelhante ao do termo “alcagüete”: pessoa que delata outrem; deduro; espião; delator.

92 Minha entrada nestes ambientes era acompanhada por diversos olhares e gestos. Aqueles que ainda não me conheciam, normalmente, olhavam-me sérios e cumprimentavam-me balançando a cabeça para cima e para baixo. Os conhecidos, por sua vez, mostravam-se mais simpáticos e cordiais. Cumprimentavam-me com apertos de mão e até ofereciam café: “Olha o professor fazendo a pesquisa! Entre professor, fique à vontade, que vou trazer um café pra você.” Nessas ocasiões sentia um frio na barriga e temia ser observado como um intruso e desagradá-los. A sensação de frio era maior na fábrica e na cozinha por estar diante de homens portando instrumentos de trabalho, como chaves de fenda, facas etc. Em nenhuma situação me trataram mal ou me ameaçaram.

na qual lhes revelava os meus propósitos. Portava apenas o MP3 e deixava a câmera fotográfica na mochila, evitando causar algum tipo de constrangimento para quem não desejasse ser fotografado, antes que eu pedisse a sua permissão. Durante os esclarecimentos da pesquisa, muitos presos pareciam curiosos e faziam perguntas como: “de que maneira essa pesquisa vai nos ajudar?” Respondia dizendo que queria conhecer como viviam na prisão para levar ao conhecimento da universidade, da sociedade e do poder público.

As entrevistas realizadas nos espaços de trabalho ocorriam em locais mais reservados e silenciosos a fim de deixar os presos à vontade para falar e eu poder fazer uma gravação melhor das falas. Mesmo tendo esses cuidados, algumas vezes fui surpreendido por situações cômicas. Durante certas entrevistas, alguns presos chegavam por traz do entrevistado para observar o diálogo e brincar – como dar um tapa no pescoço e sair sorrindo – fazer comentários – como “tá matando o tempo só na moleza, né, gaiatão?” - e até mesmo dançar e cantar.

Nesses momentos tentava manter uma postura séria, mas não conseguia. Boa parte dos presos trabalhadores parecia pessoas divertidas e brincalhonas. Além destas interferências, os barulhos das máquinas, das painéis batendo e de outros instrumentos de trabalho atrapalhavam a qualidade da gravação. Aliás, uma das características marcantes em vários espaços da prisão é o barulho atordoador, capaz de perturbar os sentidos: portões batendo, pisadas de botas, sandálias se arrastando, grades e ferrolhos sendo abertos e fechados, toques estridentes de chaves, gritos sucessivos acompanhados de ecos, ordens abruptas e fragmentos de diálogos cruzados, produzem sons psicodélicos.

As entrevistas consistiram em momentos privilegiados de percepção e atenção. O diálogo com os presos iniciava sempre com uma curta apresentação em que dizia meu nome e falava da experiência de trabalho na prisão e do que fazia na universidade. Fazia o possível para transmitir segurança e informar que eu não era policial, advogado, assistente social e jornalista. Em seguida partia para os esclarecimentos dos objetivos da pesquisa e do uso que eu pretendia fazer das informações. Ao notar algum sinal de entendimento do que havia sido dito, pedia permissão para gravar. Somente uma pessoa recusou, por temer que o conteúdo da gravação chegasse ao conhecimento dos parentes da pessoa que assassinara. Neste caso, o registro do diálogo foi feito no diário de campo.

As perguntas eram apresentadas aos presos - enfatizando que poderiam ficar à vontade para responder o que quisessem – e giravam em torno das suas experiências de vida antes e durante a prisão<sup>93</sup>. O roteiro de questões servia apenas para começar a entrevista. Na maioria das vezes, as

93 Entre as perguntas do roteiro estão: O que você fazia antes de ser preso? Já teve alguma experiência de trabalho? Há quanto tempo você está preso? Como é o dia a dia na prisão desde o momento que chegou? Como é viver em um espaço junto a diferentes pessoas que você não conhecia antes? Existe hierarquia na prisão? Que regras fazem parte da rotina de vocês? O que pensa sobre o tempo que vai permanecer na prisão? Como vê o passado, o presente e o futuro? Diante do tempo que dispõe o que faz para ocupar o tempo? Há quanto tempo trabalha? O que acha sobre o trabalho na prisão?

respostas iniciais eram curtas e objetivas. Ao perceberem que podiam falar a seu respeito, só paravam quando “esgotavam” as informações consideradas importantes, ou quando se estendiam muito para rumos distantes do tema de pesquisa e eu, sutilmente, intervinha com uma outra pergunta.

No contexto de interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, em que nos “sentimos desconfortáveis por ‘sugar’ tanto sem dar nada em troca, agravada quando se trata de pessoas privadas de liberdade (...) o importante era no mínimo não impedir a existência desses poucos momentos de escape de uma realidade hostil” (HASSEN, 1999, p. 31). O produto destas gravações foi a constituição de um rico material empírico, carregado de emoções e sentimentos, intenso de “representações coloridas” (ADORNO, 1991). Os conteúdos e os sentidos dos depoimentos apresentam-se assim como um cenário fecundo à “imaginação sociológica”, habilidade de articular métodos e técnicas de pesquisa à qualidade intelectual necessária ao entendimento lúcido do jogo que se processa entre o homem e a sociedade, a biografia e a história (MILLS, 1972, p. 11).

No curso da interação estabelecida com a entrevista surgiram curiosidades, dúvidas e perguntas. Na decisão sobre o que perguntar e a maneira de fazê-lo, influenciaram diversos fatores como simpatia e a confiança que os interlocutores constroem entre si (SILVA, 2006). O conteúdo das respostas muitas vezes possibilita que o pesquisador compreenda porque ele se nega ou não se sente bem em falar a respeito de determinados assuntos. Um deles foi o crime. Nas primeiras entrevistas, as perguntas sobre os crimes que cometeram apareciam no início do roteiro. Com efeito, alguns presos demonstraram timidez e desconforto em respondê-las, prejudicando um pouco a relação de confiança que vinha sendo construída. Desde então, reformulei o roteiro e passei a perguntar sobre o assunto ao final da entrevista ou quando suscitado em acontecimentos descritos ou abordados por iniciativa própria do entrevistado.

A participação de presos empenhados em contribuir com o presente trabalho foi fundamental. No campo prisional, onde a linguagem e a comunicação comportam muitas especificidades, sentidos e nuances, o uso de gírias, códigos e símbolos são frequentes. Encontrar informantes chave, capazes de traduzi-los para o entendimento do pesquisador, auxilia o desenvolvimento do trabalho de campo. Os presos que compreenderam com mais clareza os objetivos da pesquisa demonstraram uma maior preocupação em esclarecer aspectos de seu universo cultural e simbólico.

Um deles, por iniciativa própria, reproduziu nas folhas de seu caderno algumas perguntas que eu havia solicitado para ele responder, a respeito do significado do tempo e do trabalho prisional, e pediu para os seus companheiros da “vivência dos trabalhadores” 1A, responderem. Um trecho, de um dos textos entregues a mim, é ilustrativo para evidenciar a tensão existente entre o tempo de pena, a sensação subjetiva dele decorrente e os sentidos que o trabalho assume: “o tempo de pena

Como se deu o aprendizado da função que desempenha? Como é sua relação com os presos que trabalham e que não trabalham? Qual a relação entre o mundo do crime e o mundo do trabalho? O que significa a recuperação?

é irreversível e perdido em nossas vidas (...) Está preso e não trabalhar é o mesmo que pagar duas cadeias (...) Trabalhar é uma forma de abrandar esse tempo e ajuda a manter a dignidade mesmo encarcerado” (Preso da vivência 1 A).

A contribuição de boa parte dos agentes no desenvolvimento da pesquisa também foi decisiva, exceto a indisponibilidade e o comportamento arrogante de alguns. Um deles, que exerce a profissão de fotógrafo quando não está a serviço na prisão, teve participação destacada. Acompanhou-me em várias ocasiões na instituição, mostrando-se um bom assistente de segurança e de pesquisa. Além de carregar o material que eu portava, fornecia informações sobre a instituição e sugeria ângulos interessantes de visão para as fotografias tiradas dos presos. Entretanto, ele não podia me fotografar junto aos presos, pois tinha a orientação da equipe dirigente para “não se misturar com os presos”<sup>94</sup>.

A utilização da câmera fotográfica<sup>95</sup> serviu como um método de captação de imagens, de aproximação e de investigação do cotidiano prisional. O uso do equipamento foi autorizado pela equipe dirigente na condição de que eu informasse à instituição e solicitasse a permissão dos presos. O convívio com o grupo estudado e a realização de entrevistas utilizando o MP3 possibilitaram “preparar terreno” e avaliar o momento mais interessante para captação de imagens dos espaços, das experiências de temporalização e dos processos de trabalho. As imagens produzidas ao longo de dois meses referem-se às dezenas de fotografias e pequenos vídeos (gravados pelo recurso que o equipamento dispõe).

Diante do permanente fluxo de significados atribuídos às ações sociais pelos presos num espaço e tempo particular, o apoio de recursos tecnológicos, associado a uma certa intuição<sup>96</sup>, auxiliaram a percepção e análise de sinais, falas, eventos, situações e relações, na tentativa de “reconstruir a realidade” em foco. No entanto, a capacidade dos recursos capturarem com fidelidade imagens e sons não se confunde com uma maior “aproximação do real”, uma vez que tais registros selecionam fragmentos possíveis da realidade orientados pela escolha do que deseja ver e ouvir, seja no momento em que os fatos acontecem, seja posteriormente ao selecionar partes destes registros que serão significativos para a análise (SILVA, 2006).

As imagens, nesse sentido, representam, em parte, o cenário no qual as atividades cotidianas prisionais, os sujeitos da pesquisa e o contexto sociocultural são articulados e vividos, de maneira

94 Diálogo realizado com um agente de disciplina no 16/02/2008, sábado pela manhã. Neste dia havia chegado a PIRS às 6h30min para observar o dia de trabalho na Fábrica Recamond e participar do culto evangélico ocorrido pela manhã e a tarde. Tais situações foram registradas com a câmera fotográfica e o MP3.

95 O equipamento utilizado foi uma câmera digital Fujifilm Finepix s5100.

96 “Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (...) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista e intuição” (GINZBURG, 1991, p. 179).

indissociável (BITTENCOURT, 1994). O uso sistemático das imagens possibilita um registro e inventário do quebra-cabeça que compõe o objeto de pesquisa. Elas retratam pontos de informação (sinais, pistas e indícios) que permitem a “reconstituição” de experiências humanas - não na forma original em que elas aconteceram – e a reflexão. O mundo que elas revelam torna-se possível pela observação cuidadosa e repetida das fotos e dos vídeos, acentuada pelos recursos tecnológicos de pausar, retornar e adiantar (GOIFMAN, 1998). Com efeito, a impressão de estar em campo novamente facilita a descrição e análise dos cenários sociais.

Assim como a utilização da máquina fotográfica e do MP3, a decisão sobre o que ver, ouvir e como registrar dependeu do consentimento dos presos, obtido pela relação de intimidade, confiança e reciprocidade. Apenas dois deles não preferiram aparecer nas imagens: um pelo envolvimento em problemas com pessoas do lado de fora da prisão, o outro por temer ser reconhecido por pessoas que o procuram para processá-lo por outros crimes. Ainda que a tecnologia ofereça algumas vantagens de registros, as desvantagens também aparecem. Ao ligar o equipamento algumas vezes, reduzi a possibilidade de captar situações mais espontâneas. Mesmo nestas ocasiões foi possível perceber nuances e detalhes reveladores nas atitudes dos mesmos.

Neste cenário de interação, os presos assumem comportamentos que lhes parecem mais convenientes. Revelam conhecimento de que a representação da “recuperação” está geralmente relacionada ao trabalho, à religião, à educação e à família. Diante da câmera fotográfica, todos eles faziam questão de pousar trabalhando no artesanato, na cozinha, na padaria, na lavanderia, na fábrica e na limpeza. Alguns chegavam a pedir aos companheiros cordões com crucifixos e novos testamentos emprestados para colocar, respectivamente, no pescoço e debaixo dos braços. Outros, como pude observar na escola, pediam para ser fotografados ao lado de professores, portando livros e cadernos. Mostravam-se sorrindo<sup>97</sup> ou sérios. A “elaboração de faces” (GOFFMAN, 1980), revelando a associação destes valores a capacidade de “recuperação”, é regra nas instituições prisionais (GOIFMAN, 1998).

Ao transitar pelos espaços internos da prisão muitos presos pediam para que eu os fotografasse. A justificativa, normalmente apresentada, era que enviariam para as suas famílias com o intuito de mostrar que estavam se “empenhando para mudar”. Todos os presos fotografados receberam seus retratos. Ao sair da instituição corria para revelá-las a fim de entregá-las o mais rápido possível. A não efetivação de um compromisso acordado com os presos é motivo para a desaprovação e o descontentamento com o “vacilão”. Ao voltar para distribuí-las, eles me agradeciam e observavam com atenção, contentes e orgulhosos de si. Um fato interessante que chamou a minha atenção foi o conhecimento de que muitos presos trabalhadores, após terem suas fotografias reveladas, conseguiram “arranjar” companheiras e namoradas. Através das pessoas que frequentam a prisão, nos dias de

<sup>97</sup> Enquanto fotografava os presos costurando na fábrica, no dia 14/02/08, um deles, conhecido como “pastor Maranhão”, disse sorrindo para os demais: “Vamos sorrir para a foto! Não é porque a gente tá preso que a gente não vai sorrir”.

visita, eles enviaram seus retratos e, posteriormente, foram procurados por mulheres interessadas em conhecê-los.

Mesmo com a utilização dos equipamentos de áudio e imagem, mantive o diário de campo com os registros das circunstâncias que cercavam as ações e depoimentos. A posição do entrevistado, suas reações, as formas típicas de comunicação, os costumes, os hábitos, a maneira como se relacionam com os demais presos, com a equipe dirigente, com os funcionários e com os agentes de disciplina. Tais registros estão carregados de sentido e levam consigo o segredo da organização e do funcionamento das práticas punitivas (ADORNO, 1991).

Entre as fontes documentais obtidas ao longo da pesquisa, estão: a) Jornais locais, *Diário do Nordeste* e *O Povo*; b) Revistas especializadas em prisões; c) Resolução nº 01, de 24 março de 1993, do Conselho Nacional de Política Criminal (CNPC), sobre *A privatização das prisões*; d) *Relatório final da comissão de estudos acerca da terceirização do sistema penitenciário do Estado do Ceará* do Conselho Penitenciário do Estado; e) *Plano Estadual de Políticas Penitenciárias de 2007* (PEPP) do Núcleo de Estudos Permanentes de Políticas Penitenciárias (NUEPP); f) *Regimento Interno da PIRS*; g) Material de propaganda: *CONAP não cuida da atividade fim*, distribuído numa Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Ceará, no dia 03/05/07; h) Arquivos do DIPROM da PIRS atualizados até o dia 25 de março de 2008: *Cadastro de crimes, de educação e de profissionalização*; i) Documentos jurídicos de *Progressão de Pena e de Regime*; j) *Planta arquitetônica* da PIRS; l) *Fotos* da instituição; m) *Cartas, redações e outros textos de presos*.

## PATHWAYS OF A METHODOLOGICAL RESEARCH IN PRISON

**Abstract:** This article refers to the scenario in which the methodological approach of the research was built on the relationship between the researcher and the subjects studied in Prison Industrial Regional Sobral (PIRS), between 2008 and 2009. In it, aware of the motivations for the exhibition, the difficulties, of discoveries, mistakes and successes, anxieties and fear present in the research process. Given the specificities of the field, characterized by tensions and negotiations between social actors from prison, strategies and improvisations were put into practice in order to get the most information.

**Keywords:** Search field. Methodology. Research techniques and imprisonment.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. “A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa”. In: *Revista tempo social*, São Paulo, v.3, n. 1-2, 1991a. p. 7-40.

- BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1998.
- CARVALHO, Robson Augusto Mata de. *Cotidiano encarcerado: o tempo como pena e o trabalho como "prêmio"*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo: crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.
- GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas: Unicamp, 1998.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre o trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo, 1999.
- MATTHEWS, Roger. *Pagando el tiempo: una introducción a sociología do encarceramiento*. Barcelona: Bellaterra, 2003.
- MILLS, C. Writh. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2006.
- WACQUANT, Lóic. "O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento de massa". In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

Recebido em 05/08/2012. Aprovado em 30/10/2012.